



Legado de Temer e Bolsonaro: Brasil é o 2º pior país do mundo para aposentados

O Brasil é o segundo pior país do mundo para aposentados, segundo um ranking global da empresa norte-americana Natixis Investment Managers, que analisou os impactos da saúde, finanças, qualidade de vida e bem-estar material na vida de quem já deixou o mercado de trabalho.

Dentre os 44 países analisados, o Brasil ocupou a 43ª posição, só ganhando da Índia, que ficou em último lugar. Os três melhores países para aposentados são: Noruega, Suíça e Islândia.

Segundo o estudo, em 2022, a crescente inflação é o que contribuiu para a má qualidade de vida dos aposentados, seguida pela alta de petróleo, alimentos e habitação, que têm corroído o poder de compra dos mais velhos.

A má posição do Brasil no ranking de melhores países para aposentados é mais uma herança maldita do golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff (PT) dando início a uma escalada de retirada de direitos da classe trabalhadora.

Será o legado deixado para os trabalhadores pelo ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), pai da reforma Trabalhista, que acabou com mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que mandou para o Congresso a proposta de reforma da Previdência, aprovada pela maioria dos parlamentares, que acabou com o sonho de aposentadoria de milhões de trabalhadores.

Segundo a economista, especialista em Previdência e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil, que não se surpreendeu com o resultado da pesquisa, mais do que a inflação, foram as reformas apro-



vadas em 2017 e 2019 que contribuíram para a queda na renda e a piora na qualidade de vida dos aposentados.

Para ela, a reforma da Previdência de Bolsonaro ajudou a piorar essa situação e foi a pá de cal para os trabalhadores e trabalhadoras que sonham com uma aposentadoria digna.

“A reforma Trabalhista legalizou o trabalho precário, o bico, a terceirização, o pagamento por hora e uberizou as relações de trabalho. Sem renda, ganhando algumas vezes menos do que o salário mínimo, o trabalhador não consegue contribuir com a Previdência, e se ficar dois, três anos sem pagar ele perde o vínculo com o INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]”, diz a economista.

De acordo com ela, essa precariedade se reflete em outros auxílios como doença, acidente, desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros, e o trabalhador que quer se aposentar perde renda.

“A reforma trabalhista precarizou a Previdência. Sem renda não há contribuição e sem contribuição não há renda para a aposentadoria”, diz Gentil.

Para piorar, prossegue, dois

anos depois, em 2019 vem a reforma da Previdência que passou a fazer uma série de exigências, aumentando a idade de aposentadoria de homens e mulheres, mais tempo de contribuição e reduziu o ganho final. Por isso, não me surpreende estarmos no fim da fila de melhores países para a aposentadoria.

A economista explica que embora quem não consegue pagar o INSS também, provavelmente, não tenha recursos para pagar uma previdência privada, ainda assim é de interesse do mercado financeiro que a classe média pague um plano de saúde, um fundo de previdência, um seguro-desemprego, entre outras ofertas de bancos, que hoje, em sua maioria, é responsabilidade da rede pública.

“Bancos e o setor financeiro têm poder enorme sobre as políticas sociais e econômicas do governo e a intenção deles sempre foi privatizar e reduzir direitos trabalhistas, dentro da lógica da primazia do setor financeiro sobre os demais setores produtivos da sociedade. A precarização é consequência direta da financeirização, da hegemonia dos interesses financeiros sobre os setores produtivos”, analisa.

Matéria completa em:
[Cut.org.br/noticias](https://cut.org.br/noticias)



CNS reprova as contas do Ministério de Saúde pela 1ª vez desde a fundação do conselho

O Relatório Anual de Gestão do ano de 2021, do Ministério da Saúde, foi reprovado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Essa é a primeira vez, desde a fundação do Conselho, em 1937, que as contas do Ministério da Saúde são reprovadas por unanimidade pelo colegiado. O documento foi analisado durante a 334ª Reunião Ordinária do CNS, realizada na última quarta, 14, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. O secretário-geral do Sindsep-PE, diretor da Condsef/Fenadsef e servidor aposentado do Ministério da Saúde, José Felipe Pereira, integra o CNS.

O Conselho Nacional de Saúde é uma instância colegiada do Sistema Único de Saúde (SUS), integrante da estrutura do Ministério da Saúde. Sua missão é fiscalizar, acompanhar e monitorar as políticas públicas de saúde nas suas mais diferentes áreas. Além do Ministério da Saúde, fazem parte do CNS movimentos sociais, instituições governamentais e não-governamentais, entidades de profissionais de saúde, comunidade científica, entidades de prestadores de serviço e entidades empresariais da área da saúde.

A apreciação do relatório seguiu todos os ritos formais, com a participação de conselheiros e conselheiras nacionais de saúde de forma presencial e de representantes do Ministério da Saúde, de maneira remota.

Durante a 334ª Reunião do CNS, os conselheiros destacaram a péssima atuação do governo Bolsonaro no que se refere ao

combate a pandemia do novo coronavírus. O colegiado ressaltou que, em 2021, o Brasil se tornou o segundo país do mundo com o maior número de óbitos provocados pela Covid-19, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Foram 420 mil mortes. Os conselheiros também destacaram que, em 2021, houve uma diminuição de repasses de recursos aos estados e municípios, quando comparado a 2020, e que em termos per capita os valores empenhados no ano foram similares aos do início da década, em 2010.

Importante lembrar que a CPI da Covid-19 constatou que o atual governo atrasou em vários meses a compra de vacinas com o objetivo de adquirir vacinas com valores bem acima do mercado para a população brasileira. Ou seja, um ato de corrupção que tripudiou das mortes que já vinham atingindo milhares de pessoas no país. Documentos do Ministério das Relações Exteriores mostram que o governo compraria a vacina indiana Covaxin por um preço 1.000% maior do que, seis meses antes, era anunciado pela própria fabricante. Depois das denúncias, as compras foram canceladas.

Desastre anunciado

No ano de 2021, o Governo Federal cortou o financiamento de ações sanitárias contra a pandemia em 79% dos gastos, em comparação com 2020. Foram investidos apenas 126,5 bilhões, enquanto nos doze meses anteriores o investimento foi de R\$ 597,3 bilhões. Os dados são do próprio Governo. De uma forma geral, os recursos para a Saúde já vinham sendo reduzidos

desde 2019, quando a área teve uma perda de R\$ 10,7 bilhões.

Em decreto editado pelo atual presidente, em maio de 2022, houve um bloqueio de R\$ 8,2 bilhões das despesas do Orçamento de 2022, depois de o orçamento deste ano já ter sido aprovado, o que atingiu sobretudo a saúde e a educação. No último mês de julho, o governo anunciou novo corte orçamentário que, mais uma vez, atingiu a saúde e a educação. No total foram mais R\$ 6,73 bilhões de cortes.

Descaso e mortes

O resultado do corte de orçamento para a saúde e do atraso na compra de vacinas, devido a tentativa de corrupção, foi o aumento de contagiados e do número de mortes no Brasil, que se tornou um dos piores exemplos mundiais no combate a Covid-19. O Brasil já registrou 685 mil óbitos provocados pela pandemia. Pesquisas constataram que se o Governo Federal tivesse tomado as providências necessárias, o país poderia ter tido um desempenho dentro da média mundial, o que evitaria a metade das mortes.

“Muitas mortes teriam sido evitadas se o Governo não tivesse promovido os cortes na saúde, se tivesse adquirido as vacinas de forma mais rápida e se não tivessem tripudiado da doença, do isolamento social, das máscaras, das vacinas e, inclusive, dos mortos. A situação do Brasil só não é mais catastrófica graças à ação dos governadores e dos profissionais de saúde”, lembrou José Felipe.

Sindsep-PE